

Os diferentes racismos

O 13 de maio, embora não seja a data principal para os movimentos que combatem as diferentes formas de racismo no país, é sempre uma data oportuna para a discussão sobre o tema. Políticas e medidas



governamentais como o estabelecimento de cotas para afrodescendentes e indígenas são criticadas por vozes que têm espaço na mídia. Nesta edição, abrimos as páginas do *JE* para o pesquisador José Luis Petruccelli, do IBGE, e para o jornalista José Carlos Ruiz, do PCdoB.



Páginas 3

A dívida ilegítima da Argentina

Página 12

A missão sobre o Haiti

Página 15

Lançado livro de Ignácio Rangel

Foi lançado, no auditório do Corecon-RJ, o livro *Obras Reunidas* de Ignácio Rangel, da editora Contraponto, com a presença de diversos profissionais, professores, familiares e amigos do economista, como o ex-ministro Bresser Pereira, que falou sobre a obra e a contribuição de Rangel ao pensamento econômico brasileiro.

Página 8



EDITORIAL

O Brasil de Ignácio Rangel

Na noite da última quinta-feira de abril os que compareceram ao lançamento das Obras Reunidas de Ignácio Rangel puderam conviver, por alguns momentos, com pensamentos, idéias e propostas de quem pensou um Brasil soberano, independente e em condições de proporcionar trabalho e dignidade ao seu povo.

A exibição de um filme produzido pelo Corecon-RJ nos trouxe, por instantes, as imagens e as palavras de um homem que se dedicou a compreender o processo e a natureza do desenvolvimento brasileiro, a partir de suas especificidades e da sua história. Como a compreensão sobre a dualidade presente por toda a história do país, combinando influências e processos externos com razões e realidades internas que ao longo do tempo foram formando e configurando o Brasil que temos hoje.

No filme vemos o mestre discorrendo, por exemplo, sobre as origens da inflação brasileira e se diferenciando pela sua abordagem, ao mesmo tempo marcada pela independência de pensamento e pela ousadia da investigação, como tão bem assinala na introdução das Obras Reunidas o também economista Márcio Henrique Monteiro de Castro.

Em uma cena, Ignácio Rangel contrapõe-se a um outro economista, defendendo o ponto de vista que a inflação brasileira em vez de diversas causas e origens teria tão somente duas: aquela em que o Tesouro Nacional é obrigado a emitir moeda para cobrir o seu próprio rombo, o que seria uma inflação perversa e destrutiva, e a outra em que a emissão é feita para atender ao crescimento da economia e a um aumento da demanda por moeda. Esta seria uma inflação plenamente administrável, decorrente de um fato positivo: a economia cresce e exige o aumento da quantidade de dinheiro em circulação.

Considerando o momento econômico que o país vive, marcado pela continuidade de uma política econômica centrada em um rígido controle monetário, através de elevadas taxas de juros que penalizam os agentes econômicos, inibindo o investimento, gerando desemprego e incertezas quanto ao futuro, ver e ouvir Ignácio Rangel soou como música de primeira qualidade a todos os que amam o Brasil e não se conformam em vê-lo submetido a políticas e receitas que vêm de fora e que só causam impedimentos, transtornos e sofrimentos, em especial, aos trabalhadores e aos mais pobres. ■

Sumário

- Página 3** Questão de cor – Por que valem as cotas? – José Luis Petruccelli
- Página 6** – O sonho racista de um povo branco – José Carlos Ruy
- Página 8** Capa – Obras de Ignácio Rangel lançadas no Corecon
- Página 12** A redução unilateral de uma dívida ilegítima – Rodrigo Ávila



- Página 15** Haiti – A longa luta pela soberania
- Página 16** Economista lança livro sobre o Real Cursos Corecon-RJ 2005

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

Reportagem: Rebecca Ramos

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, e Ruth Espinola Soriano de Souza Nunes. 2º terço (2003/05): Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa e Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira. 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares e Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Câmara Cardozo, Carlos Eduardo Frickman Young. 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos. 3º terço (2004/06): Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo e Rogério da Silva Rocha • **Delegado Eleitor Efetivo:** José Antonio Lutterbach Soares • **Delegado Eleitor Suplente:** Paulo Sergio Souto

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho Fiscal:** Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

QUESTÃO DE COR José Luis Petruccelli*

De alhos, bugalhos e Ali Kamel

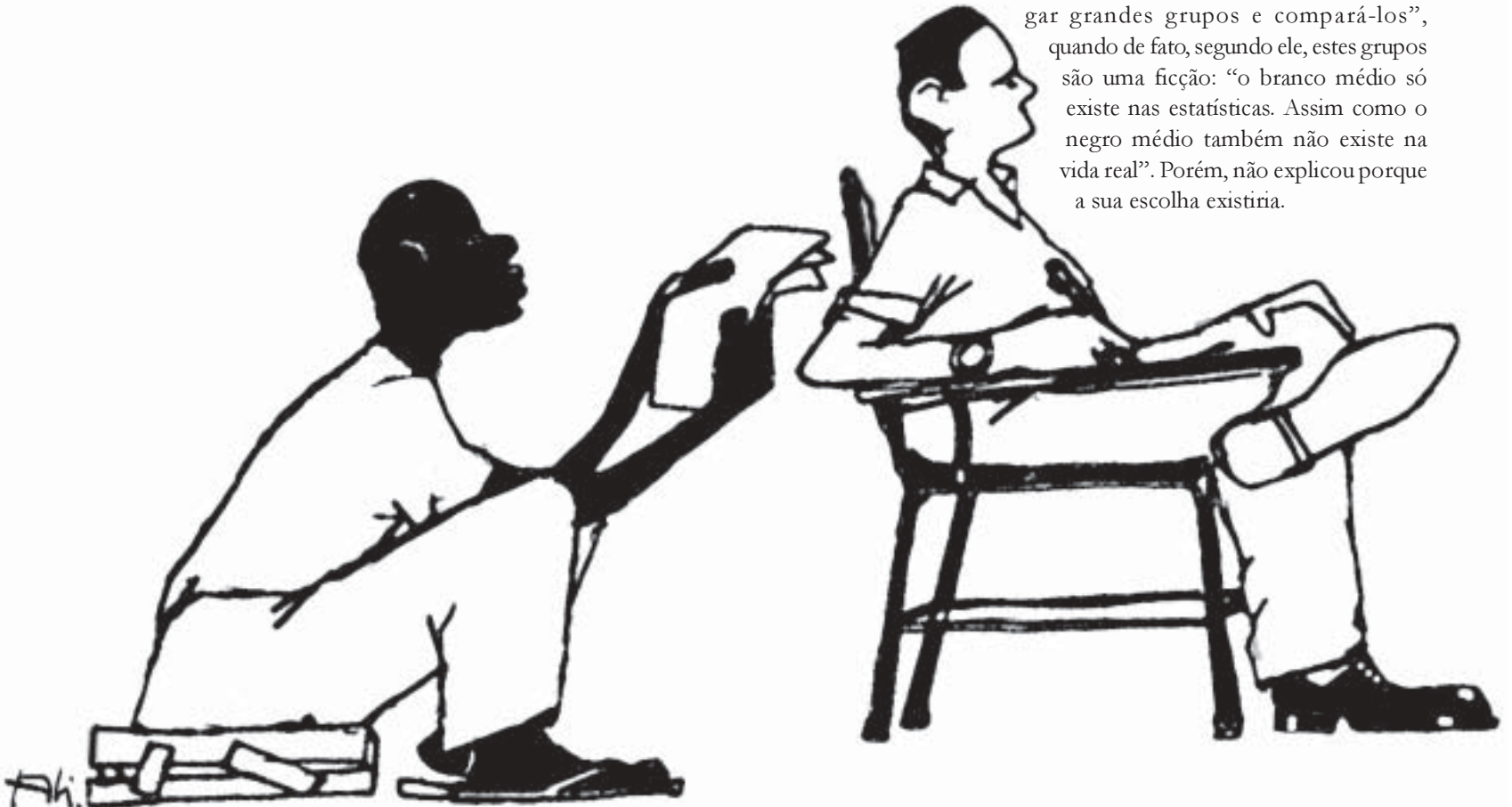
Por que valem as cotas?

O 13 de maio é sempre pauta de uma discussão sobre a escravidão e a presença do preconceito nas relações sociais, debate que se acentuou com a decisão do Governo Federal em assumir as cotas para negros e indígenas nas universidades. Os dois artigos a seguir trazem um tanto da história deste preconceito e a crítica de um pesquisador do IBGE sobre o texto de um articulista de *O Globo*, a respeito das cotas nas universidades públicas para afrodescendentes e indígenas.

Em matéria publicada no jornal *O Globo***, o jornalista Ali Kamel pretendeu ensinar a comparar “alhos com alhos e bugalhos com bugalhos”, para evitar o que, segundo ele, os “cotistas” fazem: comparar alhos com bugalhos e concluir que os negros, no Brasil, vivem pior do que os

brancos por causa do racismo. Arroga-se desta maneira a virtude de fazer com que os “números digam a verdade”, sem enganar quem não os sabe ler. Assim, pretendeu analisar de forma supostamente correta os dados de educação e pobreza no país e, também, supostamente, tirar conclusões melhor fundamentadas, posicionando-se no debate sobre cotas para negros nas universidades.

Para tal fim, Ali Kamel pediu para um estatístico selecionar uma amostra de população, com os dados da PNAD de 2003, “acessíveis num CD-ROM a todos os brasileiros”, para fazer algumas tabulações. Esta amostra é constituída por pessoas, “brancas e negras, residentes em áreas urbanas, com um filho e rendimento familiar total de até dois salários (pobres, portanto)”. O porque desta escolha Ali Kamel nos explicou criticando o que fazem “os pesquisadores... pegar grandes grupos e compará-los”, quando de fato, segundo ele, estes grupos são uma ficção: “o branco médio só existe nas estatísticas. Assim como o negro médio também não existe na vida real”. Porém, não explicou porque a sua escolha existiria.



Também não nos disse que este pequeno grupo selecionado representa menos de 2% da população total brasileira. Como, então, ousar afirmar a partir desta mínima amostra que “esta pesquisa não deixa dúvidas de que não é a cor da pele que impede as pessoas de chegar à universidade”? Também não foi mencionado que, dentro deste grupo de “pobres”, já apareça uma desigualdade racial significativa, desde que apenas 1,5% dos brancos se encontram nele, enquanto 2,7% dos pretos e 2,3% dos pardos o fazem. Uma relação de um para quase dois entre brancos e negros, no grupo de pobres que ele escolheu é, desde o princípio ocultado, evidenciando o tipo de metodologia usada por Ali Kamel para mostrar as suas verdades.

E, principalmente, não nos disse que as informações cuidadosamente escolhidas e apresentadas em seu artigo são apenas aquelas que não desabonam os seus pressupostos, ou melhor, seus preconceitos, dado que eles, claramente, antecedem suas conclusões. Desta maneira, as informações apresentadas tornam-se meras manipulações ideológicas,

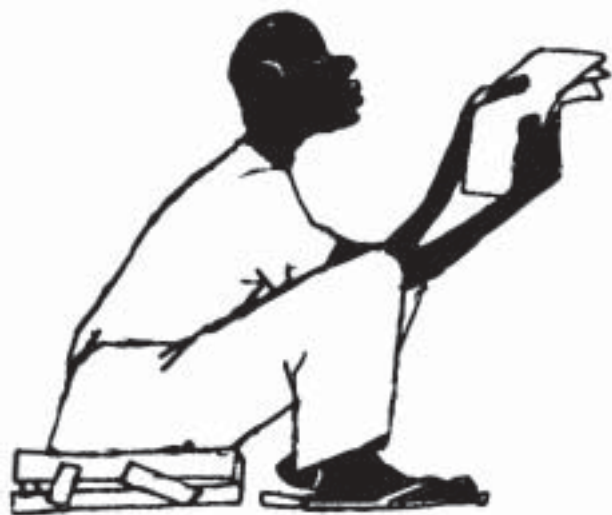
sabem ler e escrever, média de anos de estudos, grupos de anos de estudo: entre 4 e 7 anos, entre 11 e 14 anos e mais de 15 anos. Aqui a desinformação proporcionada por Ali Kamel é variada.

Em primeiro lugar porque saber ler e escrever já há muito deixou de ser um bom indicador de educação, tendo sido substituído por analfabetismo funcional, por exemplo, que compara proporções com até o 3º ano do primário completo. Em segundo lugar, porque, se bem entre os brancos e negros da pequena amostra analisada não apareçam diferenças importantes, nas faixas intermediárias de anos de estudo, nos extremos – informações não apresentadas por Ali Kamel – sim, elas apareçam.

Por exemplo, entre os que são classificados como sem instrução, ou menos de um ano de estudo, figuram 17,2% dos brancos, mas 22% dos negros. Portanto, uma diferença significativa entre os dois grupos. Da mesma maneira, entre os que têm 15 anos ou mais de estudo aparece 0,5% dos brancos, mas apenas 0,2% dos negros. Evidenciando de-

das as categorias de anos de estudo. Uma primeira olhada na tabela de faixas de rendimentos mostra uma desigualdade na distribuição dos mesmos que não pode ser simplesmente deixada de lado, como ficção estatística: entre os que percebem até $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita* estão 21% dos brancos e 44% dos negros. Por sua vez, entre os que percebem mais de três SM *per capita* figuram 17% dos brancos e 4% dos negros. E considerando os que ganham mais de 10 SM *per capita*, ali se encontram 2,5% dos brancos e apenas 0,4% dos negros. As diferenças falam por si mesmas, os dados indicam apropriações diferenciadas dos rendimentos, sendo os brancos sempre os favorecidos.

Em relação aos rendimentos por anos de estudo, o percentual de negros é constantemente maior que o de brancos nas faixas de menores rendimentos e este percentual aumenta com o número de anos de estudo. Ou seja, os negros aparecem em maior percentual entre os que ganham menos e, à medida em que conseguem estudar mais, maiores são



muito longe do propósito de fazer com que os “números digam a verdade”. Mas há de ressaltar também que, descontando má fé ou ignorância sociológica, os dados escolhidos para serem apresentados carecem de relevância teórica substantiva em fundamentar o que se pretendeu.

As desigualdades entre brancos e negros

Vejamos os indicadores apresentados para educação: percentual de pessoas que

Os negros aparecem em maior percentual entre os que ganham menos e, à medida em que conseguem estudar mais, maiores são as diferenças com a participação dos brancos, dentro das mesmas faixas de rendimentos

sigualdades sociais na própria amostra selecionada por Ali Kamel, por que estes números fariam menos a verdade do que os apresentados no seu artigo? Como pode afirmar-se que “o número de brancos, pretos e pardos que concluíram ensino superior é desprezível”, se com os mesmos dados verifica-se que é mais do dobro o percentual dentre os brancos do que entre os negros?

Para tentar comparar alhos com alhos e não ocultar informação verificou-se, nas informações referentes ao total de população do país, a distribuição de nível de rendimentos por anos de estudos, considerando negros e brancos. O rendimento médio mensal familiar *per capita* foi separado em faixas de salários mínimos, comparando-se os percentuais entre brancos e negros em to-

as diferenças com a participação dos brancos, dentro das mesmas faixas de rendimentos. Observando os que percebem mais de cinco SM *per capita*, por outro lado, o percentual de brancos é sempre maior, independentemente dos anos de estudo. Estas informações indicam, sem lugar a dúvidas, que mesmo com investimentos na educação, aumentando os anos de estudo, os negros aparecem sistematicamente discriminados em relação aos brancos, com maiores percentuais nas faixas de menores rendimentos e menor participação nas faixas de maiores rendimentos.

Como explicar, então, os dados apresentados pelo jornalista, com situação aparentemente de “semelhança constante” e a sua interpretação de diferenças numéricas entre

Está mais que demonstrado que, até hoje, mesmo nas épocas gloriosas do ensino público, negros e indígenas não entravam na universidade

negros e brancos “estatisticamente desprezíveis”? Simplesmente com manipulação das informações, agregando categorias para formar grupos que compensem as distribuições percentuais. Quando se trabalha com distribuições relativas, que somam 100, se algumas categorias aumentam sua participação é porque outras diminuem; assim, somando algumas e apenas considerando a população que ganha até dois salários mínimos, sem desagregar faixas de até ½, de ½ a um e de um a dois salários mínimos, como aqui foi feito, as diferenças “desaparecem”.

Os excluídos: negros, negras, índios e índias

Ali Kamel escreveu que a pesquisa não deixa dúvidas sobre o que impede as pessoas de chegarem à universidade: “a péssima qualidade das escolas que os pobres brasileiros, sejam brancos, pretos ou pardos podem frequentar”. Mas, acontece que, segundo os dados do Censo Demográfico de 2000, entre a população de 25 anos ou mais de idade, um em cada 10 brancos aparece com ensino superior concluído, enquanto apenas um de cada 50 negros consegue o mesmo nível de educação. Uma desigualdade de resultados de tal tamanho que merece ser estudada com algo mais de atenção e, principalmente, informações mais abrangentes que uma amostra de menos de 2% da população brasileira.

No que diz respeito à questão central que nos ocupa, as cotas nas universidades, uma realidade não pode ser ocultada: desde a fundação das escolas, faculdades e universidades no país, na segunda metade do século XIX, os brancos têm ocupado, como mínimo, 80% dos lugares nelas. Os negros e indígenas apenas têm conseguido uma participação sistematicamente marginal nos cursos universitários, especialmente nas carreiras de maior prestígio, como Medicina e Engenharia, e não se pode desconhecer a consequência no atual

panorama de desequilíbrios de representação universitária por grupos sociais.

Que o péssimo ensino público tem contribuído muito para isso, também não temos dúvidas. Mas não se coloque um falso dilema entre cotas para

negros e carentes nas universidades e melhoria do ensino público fundamental e médio. “Investimento maciço em educação”, escreveu Ali Kamel, e concordamos plenamente sobre esta imperiosa necessidade. Mas, por um lado, está mais que demonstrado que, até hoje, mesmo nas épocas gloriosas do ensino público, negros e indígenas não entravam na universidade.

Perguntamos a Ali Kamel: o que fazer com os 2 milhões de pardos e pretos entre 18 e 24 anos que concluíram nível médio e que não conseguiram entrar na universidade? Como ele sabe, a maioria deles é pobre e suas oportunidades de vida são escassas. Alguns podem não ter condições para enfrentar as exigências de um curso de nível superior, mas a maioria deles vai ficar simplesmente de fora dessa oportunidade por não conseguir pagar um cursinho no qual seja treinado para passar no vestibular.

Mesmo se hoje comessem a ser feitos investimentos maciços em educação, esta seria toda uma geração perdida e o país teria ainda que esperar por uns 20 anos, até 2025, para que os jovens – negros e brancos, pobres e não pobres – possam vir a se candidatar, melhor preparados, a vagas nas universidades com possibilidades mais equilibradas de ingressar.

Finalmente, cabe assinalar que se existem pelo mundo afora publicações com estudos que pretendem mostrar problemas na



aplicação de políticas afirmativas em diversos países, também existem estudos que mostram o contrário. Podemos citar, por exemplo, o livro já publicado no Brasil, pela Editora Garamond e o Centro de Estudos Afro-Brasileiros, da Universidade Cândido Mendes, “O Curso do Rio: um estudo sobre ação afirmativa no acesso à universidade”, de Derek Bok, ex-reitor da Universidade de Harvard, e Willian Bowen, ex-reitor da Universidade de Princeton.

Os autores fazem uma defesa contundente do esforço de admissão de estudantes negros e ressaltam quanto notáveis foram os resultados alcançados. O estudo é fruto de uma meticulosa pesquisa quantitativa sobre o ensino superior americano, e baseia-se num banco de dados da Fundação Andrew Mellon, com registros de mais de 80 mil alunos do curso de graduação matriculados em 28 universidades e faculdades academicamente seletivas.

Os dois ex-reitores se mostram ferrenhos defensores do que foi feito nos últimos 40 anos em termos de admissão de estudantes negros, nas melhores instituições universitárias americanas. Também podemos afirmar: “Ninguém devia deixar de lê-lo, especialmente os congressistas que estão prestes a apreciar uma matéria – a adoção de cotas – que pode mudar o país”. E agora de nossa lavra: para melhor.

Porque ações afirmativas e o caso particular de cotas para negros, indígenas e setores mais desfavorecidos da sociedade representam o esforço urgente, emergencial e provisório que a sociedade brasileira deve realizar para tentar resgatar, o mais rapidamente possível, o direito à cidadania dos grupos raciais e sociais sistematicamente excluídos ao longo da história republicana do país. ■

* Pesquisador do IBGE.

** Artigo “Aos congressistas, uma carta sobre cotas”, publicado em *O Globo*, do dia 16/11/2004.

QUESTÃO DE COR José Carlos Ruy*

O sonho racista de um povo branco

Durante o I Congresso Internacional das Raças, realizado em Londres, em julho de 1911, João Batista Lacerda apresentou a tese *Os mestiços do Brasil*, onde garantia que em 100 anos – isto é, em 2012 – os negros desapareceriam da população brasileira, e os mestiços estariam reduzidos a 3% do total.

Hoje, às vésperas do cumprimento daquela previsão, seu disparate é visível. Mas, na época, aquele era um problema de enorme importância para a classe dominante brasileira, cujos intelectuais e cientistas, incapazes de compreender as razões sociais do atraso brasileiro, atribuíam-no à presença da maioria de negros e mestiços em nossa população. Tanto que a previsão de Lacerda deixou muita gente furiosa – achavam um século muito tempo para que o Brasil se tornasse branco! Mas ele, que era diretor do Museu Nacional, resumia a ciência da época, e também o preconceito racial dominante.

A preocupação com a composição racial do povo brasileiro cresceu nas últimas décadas do século XIX, na crise final da escravidão, e o debate que tomou conta da imprensa e do parlamento brasileiros em busca do substituto para a mão de obra escrava é esclarecedor. Houve propostas de todo o tipo – desde os abolicionistas

radicais que, em minoria, defendiam o fim imediato da escravidão sem compensações para os senhores, até aqueles que defendiam uma extinção tão gradual e lenta que arrastaria aquele sistema iníquo até a década de 1930. Outros queriam um período de transição em que os escravos seriam transformados em servos da gleba, juridicamente livres, mas impedidos de sair das fazendas onde viviam.

Do ponto de vista racial, uns queriam aproveitar, nas fazendas de café de São Paulo e Minas Gerais, a população livre e pobre do Nordeste, esbarrando na resistência da oligarquia nordestina. Outros queriam trazer chineses (descobriu-se, recentemente, que o próprio imperador D. Pedro II pensava assim) ou colonos africanos, agora na condição de trabalhadores livres. O racismo esteve na base da rejeição destas propostas, que foram descartadas. O deputado Meneses e Sousa, num relatório de 1875, rejeitou a vinda de chineses dizendo que o Brasil precisava de “sangue novo”, e não de “suco envelhecido e



envenenado”. Os chineses, escreveu, constituem uma raça “abastardada” e que “faz degenerar a nossa”. Outro que rejeitou a vinda de chineses foi Joaquim Nabuco que, em 1883, registrou por escrito seu temor de que poderiam corromper “ainda mais a nossa raça” e que o Brasil poderia ser “mongolizado como foi africanizado”.

Prevaleceram assim os que defendiam a imigração européia, principalmente italiana, idéia atraente por vários motivos. Eram trabalhadores vindos de uma sociedade hierárquica e autoritária, e que entrara em crise profunda depois da unificação da Itália; portanto, eram trabalhadores acostumados a uma cultura autoritária semelhante à brasileira e que, esperavam os promotores da imigração, se adaptariam facilmente às condições de trabalho das fazendas do café, ainda duramente marcadas pelas relações escravistas. Além disso, eram europeus e brancos, correspondendo ao sonho de branqueamento da elite brasileira.

Os herdeiros de Cam: eclipse negro

Para os escritores brasileiros do período, entre as décadas de 1870 e 1930, não havia dúvida sobre necessidade de embranquecer a população, principalmente quando tentavam explicar o atraso do país, pois, para eles, os negros, índios e mestiços eram – em graus variáveis – incapazes de civilização, característica que seria própria dos povos brancos. Era uma tese que também correspondia aos interesses da oligarquia agro-exportadora, que



dominava o país. Joaquim Murtinho, que foi ministro da Fazenda do presidente Campos Salles e é um precursor do conservadorismo neoliberal, justificou o favorecimento à agricultura dizendo que a indústria era uma característica própria dos povos brancos!

Joaquim Nabuco, em *O Abolicionismo* (1883), queria que a imigração européia trouxesse “uma corrente de sangue caucásico vivaz, enérgico e sadio, que possamos absorver sem perigo”. Na mesma época, o crítico literário José Veríssimo pensava que “mais cedo ou mais tarde ela [a raça branca] vai eliminar a raça negra daqui”. Muitos marcaram prazo para o total branqueamento do país. Silvo Romero escreveu, em 1880, que “a vitória na luta pela vida, entre nós, pertencerá, no porvir, ao branco”, num prazo de “três ou quatro séculos”. Mais tarde, considerou “otimista” o prazo de um século estabelecido por João Batista Lacerda, tempo que considerava pequeno para que desaparecessem o negro, o índio e o mestiço.

Em 1921, o jornalista Artur Neiva escreveu que “daqui a um século, a nação será branca”; em 1923 o deputado Carvalho Neto encurtou o prazo: “o negro, no Brasil, desaparecerá dentro de 70 anos”; em 1930, Pandiá Calógeras escreveu que “a mancha negra tende a desaparecer num tempo relativamente curto, em virtude da imigração branca em que a herança de Cam se dissolve” (os africanos eram considerados como descendentes de Cam, o filho que Noé condenou).

Mas, em 1938, o médico e escritor (de grande prestígio na época) Afrânio Peixoto esticou o prazo dizendo que, em 200 anos, “terá passado inteiramente o eclipse negro”. Em outro lugar, alargou ainda mais: “Em 300 anos mais, seremos todos brancos”. Levando o racismo a sério, Afrânio Peixoto comparava o Brasil e os EUA e temia que, lá, o racismo impediria a absorção dos negros e o embranquecimento da população: “não sei que será dos Estados Unidos, se a intolerância saxônica deixar crescer, isolado, o núcleo composto de seus doze milhões de negros”. E terminou seu arrazoado com uma nota pessimista: “Teremos albumina suficiente para refinar toda essa escória?”

Apesar de marcado pelo racismo, o Estado brasileiro – que durante o Império foi um Estado escravista, não criou uma legislação de segregação racial. Entretanto, a legislação de imigração criou obstáculos à entrada de afri-

canos e asiáticos, como o decreto 588, de 28 de junho de 1890, que abria as portas para os “indivíduos válidos e aptos para o trabalho”, exceto “os indígenas da Ásia ou da África”, cuja entrada dependia de autorização do Congresso Nacional. Ou o decreto 7.967, de 18 de setembro de 1945, que reiterou os obstáculos à entrada de africanos e asiáticos, ressaltando a necessidade de “desenvolver na composição étnica do país as características mais convenientes de sua ascendência européia”.

Uma tardia manifestação oficial daquele sonho de branqueamento está registrada, quase 80 anos depois da Abolição, em um livro de propaganda difundido, em 1966, pela diplomacia do general Castello Branco, onde se diz que o povo brasileiro é branco, sendo “diminuta a percentagem de pessoas de sangue misto” na população.

Descendência indígena, africana e européia

A tese do branqueamento baseava-se em pressupostos cruéis de supremacia branca. Ela supunha que o Brasil se tornaria branco, pois, a taxa de natalidade dos negros seria mais baixa, e haveria maior incidência de doenças e a própria desorganização social, fatores que impediriam o crescimento do contingente de negros e mestiços. Supunha também que o gene branco seria mais forte (transplantando para a genética a mesma estrutura hierarquizada da sociedade, com os postos mais elevados ocupados pelos brancos, ou, os que se supunham brancos; mais “fortes”, portanto), fazendo surgir da miscigenação uma população mais clara, mesmo porque, esperavam, as pessoas de pele mais escura tenderiam a procurar parceiros de pele mais clara, reforçando aquilo que imaginavam ser uma tendência ao predomínio branco.

“O auge da campanha pelo branqueamento do Brasil”, escreveu Clóvis Moura, “surge exatamente no momento em que o trabalhador escravo (negro) é descartado e substituído pelo assalariado. Aí se coloca o dilema do passado com o futuro, do atraso com o progresso e do negro com o branco, como trabalhadores. O primeiro representaria a animalidade, o atraso, o passado, enquanto o branco (europeu) era o símbolo do trabalho ordenado, pacífico e progressista. Desta forma, para se modernizar e desenvolver o Brasil só havia um caminho: colocar no lugar do negro o trabalhador imigrante, descartar o

país dessa carga passiva, exótica, fetichista e perigosa por uma população cristã, européia e morigerada”.

A história, a dinâmica populacional e – em nossos dias – a genética, dissolveram aquele delírio embranquecedor, mostrando que o resultado da mistura de gentes em nosso país seguiu – e segue – um caminho diferente e oposto ao sonhado pelo racismo das classes dominantes e seus acólitos.

Em 1994, uma pesquisa conduzida pelo químico Marcos Palatnick, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, calculou a taxa de miscigenação dos cariocas, concluindo que se tornavam uniformemente morenos. Era o resultado de 15 anos de estudos com marcadores genéticos, revelando que os cariocas têm genes europeus e africanos: os de pele escura tem 2/3 de herança genética africana; os mulatos, meio a meio; e os de pele clara, 1/3.

Aqueles resultados foram confirmados e generalizados para todo o país pela pesquisa divulgada, em abril de 2000, pela equipe de pesquisadores da Universidade Federal de Minas Gerais, coordenada pelo biólogo Sérgio Pena, mostrando que entre a população brasileira que se autoconsidera branca, aproximadamente 30% têm genes que provam sua ascendência indígena, outros 30% sua ascendência negra, e 30% têm ascendência branca. E que a contribuição européia se deu principalmente através dos homens, e a indígena e africana, através das mulheres.

“Somos descendentes de africanos, índios e europeus”, escreveu Verônica Bercht. “A elite racista do começo do século havia sonhado promover, com a imigração européia, o branqueamento da população. Mas os imigrantes não formaram quistos étnicos isolados. Incorporaram-se à população já existente, através dos casamentos. Frustraram assim aquela esperança racista. Como os cientistas da UFMG mostraram, a mistura dos imigrantes à população brasileira aumentou enormemente o número dos mestiços, muitos dos quais, à primeira vista, são brancos, que caracterizam nossa população.”

Ao contrário das previsões racistas, não foi o branco – ou qualquer outro contingente – que prevaleceu, mas todos contribuíram para formar um povo novo – o brasileiro – cuja pele morena deriva justamente da mistura de gentes que aqui se deu, através dos séculos. ■

* Jornalista, editor do jornal *A Classe Operária*, do PCdoB.

CAPA

No último dia 28 de abril, o auditório do Corecon-RJ ficou lotado para o lançamento das Obras Reunidas de Ignácio Rangel, da Contraponto Editora, em parceria com o BNDES. São dois volumes com quase mil e 500 páginas, contendo a obra do economista maranhense, nascido em plena efervescência mundial, em 1914, e que nos deixou em março de 1994. Socialista, por convicção, estudou história e economia na prisão, no Governo de Vargas. Foi simpatizante do Partido Comunista e integrou a Aliança Libertadora Nacional, colocada na ilegalidade em 1935. Sua meta: descobrir as especificidades do desenvolvimento brasileiro, a partir do estudo e do conhecimento sobre a nossa própria realidade. Foi uma bonita solenidade o lançamento das Obras Reunidas de Ignácio Rangel. Uma celebração a que estiveram presentes a filha de Rangel, Ludmila, e as netas do economista. Era tanta gente que um telão foi instalado no 16º andar, para que todos pudessem acompanhar o lançamento e a exibição, em pré-estréia, do filme sobre Ignácio Rangel, produzido e editado pelo Corecon-RJ. Um dos discípulos que posteriormente tornou-se amigo do velho mestre estava presente e falou a respeito da contribuição do economista: o também professor, economista e ex-ministro da Administração Luiz Carlos Bresser Pereira, cuja fala apresentamos, a seguir, em um resumo editado.

É um prazer estar aqui para fazer esta homenagem ao meu mestre Ignácio Rangel. Sempre digo que tive três mestres, no Brasil: Ignácio Rangel e Celso Furtado, economistas, e o mestre cientista político Hélio Jaguaribe. Eles não são tão mais velhos do que eu. O Ignácio já era mais velho, mas o Celso e o Hélio, 13 anos mais velhos.

Há momentos na vida das pessoas que são muito importantes e um momento importante em minha vida, quando tinha 20 anos, foi ler

Obras de Ignácio R

“Cadernos do Nosso Tempo”, do IBESP, o Instituto Brasileiro de Estudos Sociais e Políticos, que depois seria o ISEB, do grupo, então, do Ignácio, do Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Álvaro Vieira Pinto, os grandes intelectuais nacionalistas que formularam toda a teoria do nacional desenvolvimentismo, nos anos 50. E que tem, a meu ver, uma importância fundamental na história do pensamento brasileiro.

Eu ia ser juiz de direito, estava na faculdade de direito, e quando li o Caderno fiquei absolutamente fascinado com tudo aquilo. Eram idéias novas, estimulantes. Uma idéia de um Brasil que se desenvolvia, que se industrializava. E, então, decidi mudar de objetivo na vida. Decidi completar a faculdade de direito, mas decidi naquele dia que seria ou um economista ou um sociólogo do desenvolvimento. E foi isso, afinal, que fiz.

Ignácio Rangel e os intelectuais de sua época: Guerreiro Ramos, Jaguaribe e o pessoal do ISEB

Portanto, tenho uma dívida muito grande com o pessoal do ISEB e fiquei particularmente amigo, entre todos esses, de Ignácio Rangel. Também fiquei amigo de Guerreiro Ramos e sou muito amigo de Hélio Jaguaribe. Mas aquele que fiquei mais próximo, porque é economista e eu também sou, foi Ignácio

Rangel. Não tanto naquela época. Naquela época eu li todas as coisas dele, fiquei muito impressionado com a dualidade básica da economia brasileira. E depois fiquei impressionadíssimo com “A inflação brasileira”, que é o marco no pensamento sobre a inflação no Brasil, e sobre o sistema econômico brasileiro, uma coisa absolutamente original. Lembro-me, inclusive, de debater com o Delfim Neto, isso lá por volta de 1962, 63, quando discutimos em seminários na USP, entre outras coisas, os trabalhos de Ignácio Rangel. Mas, depois, veio 64, e perdi de vista, por algum tempo, o Ignácio Rangel. Ele teve um enfarte e se afastou.

Em 72, aconteceu uma coisa muito curiosa: havia uma reunião da SBPC, em São Paulo, e fui à reunião e tinha lá um grupo de economistas. A SBPC, geralmente, não tem economistas, mas dessa vez tinha um grupo e, entre eles, o Castro. E, de repente, chega o velho Ignácio. Ele começa a falar sobre os ciclos de Kondratiev e que estava se preparando uma grande crise no mundo. Isso em 72. E que a coisa era muito grave e etc. Eu vi que os outros olhavam com um certo sorriso de descrença para o Ignácio. Dito e feito. Em 73, teve a crise do petróleo e, a partir de 74, há uma revirada brutal em toda a economia mundial, um desastre que foi também político, deu todo o imenso conservadorismo no mundo inteiro. O Ignácio tinha previsto.

angel lançadas no Corecon

Foi nessa época que comecei a ficar mais amigo dele e fui eu que, vindo aqui, jantar com ele um dia, nos anos 70, que o convenci a publicar uma segunda edição da Inflação Brasileira, que tem um prefácio meu e foi publicado pela Editora Brasiliense. Naquele tempo, ninguém falava de Ignácio Rangel porque, com o regime militar, o ISEB estava em baixa. Então, seja pelo regime militar, seja porque o ISEB estava sofrendo ataque não só pela direita, mas também da esquerda, um

ataque absolutamente equivocado por parte da esquerda, não se falava de ISEB e não se falava, portanto, de Ignácio Rangel, de Hélio Jaguaribe, Guerreiro Ramos. E, nesse momento, sai publicada a segunda edição da Inflação Brasileira.

Em 1980, eu criei junto com El Shack e o Nakano a Revista de Economia Política, que é, hoje, uma das grandes revistas de economia no Brasil. Ao criarmos a revista, nós definimos três patronos, economistas, para a revista: Ignácio Rangel, Celso Furtado e Caio Prado Jr. Então, ficava mais uma vez a homenagem ao grande mestre. Uma coisa muito importante para mim foi que Ignácio estava ficando mais velho, mais doente. E antes que ele morresse, eu e o meu amigo e ex-aluno José Bastos Rego fizemos um *paper* sobre a obra de Ignácio, que está publicado na Revista de Economia Política. Ele ficou extremamente feliz quando leu o *paper*. Foi um trabalho cuidadoso de análise da obra de Ignácio Rangel.

Hoje, acho que não há dúvida nenhuma de que, quando se pensa em grandes economistas no Brasil, Ignácio Rangel tem que, necessariamente, ser citado. Porque ele não só tinha uma formação econômica muito forte e competente, mas tinha uma imaginação e uma capacidade de pensar por conta própria extraordinária. E tinha uma origem marxista, o que era uma coisa muito boa porque permitia ter uma visão global.

A perda do conceito de nação e autonomia e a submissão a Washington e Nova Iorque

Ao mesmo tempo era um homem muito pragmático, um homem que assessorara ao presidente Getúlio Vargas; esteve no BNDES, onde exerceu um papel extremamente importante, e era um homem profundamente dedicado ao problema do desenvolvimento econômico brasileiro. Ele sabia que o desenvolvimento e a industrialização eram o grande objetivo da nação brasileira e, não só ele tinha essa visão, com esse objetivo, mas estava comprometido com esse objetivo de forma muito pragmática. Ao mesmo tempo de forma muito inteligente, imaginativa e original. De forma que, nesses termos, entendo que os dois grandes economistas do século XX, no Brasil, foram Ignácio Rangel e Celso Furtado.

Uma coisa que, talvez, valha a pena contar é a briga que tenho travado mais recentemente, em torno do problema do ISEB e a crítica que tenho feito à teoria da dependência. Acho que isso pode ajudar a colocar um pouco na história o pensamento desse extraordinário grupo de pensadores. Escrevi há um ano um *paper*, que está publicado na revista Dados, e que se chama “O Conceito do Desenvolvimento do ISEB”. E acabei de escrever e já está publicado no meu *site* pessoal, um segundo *paper* que se chama “Do ISEB e da Cepal à Teoria da Dependência”.

Esses *papers* estou escrevendo, a partir da idéia ou da convicção fundamental de que uma nação, um país, só se desenvolve se tiver uma estratégia nacional de desenvolvimento. E o Brasil não se desenvolve há 25 anos, porque perdeu a sua estratégia nacional de desenvolvimento. Ele não a perdeu em 64. Este ano foi um desastre para o Brasil, mas, ainda sim, continuou-se com estratégias. Os trabalhadores foram excluídos, as esquerdas também, mas continuou-se com estratégias que eram, no fundo, a continuidade da estratégia que Getúlio Vargas pensara, nos anos 30, e que o ISEB



“Quem ainda não sabe que o Brasil é useiro e vezeiro em acertar por equívoco, não sabe da missa a metade. Se estivermos certos no fundamental – ou seja, se acreditarmos no país – iremos corrigindo os erros corrente calamo”.

pensara, no final dos anos 40 e na primeira metade dos anos 50, principalmente.

A partir dos anos 80, começa uma imensa crise, a grande crise da economia brasileira, e esse processo de revolução nacional brasileira se interrompe. O processo de transferência do centro de decisão para dentro do Brasil, o processo de afirmação do Brasil como nação que tem objetivos próprios e busca esses objetivos de forma competitiva, no seio das demais nações, esse processo se interrompeu. E o Brasil se submeteu, especialmente, a partir dos anos 90, integralmente, a Washington e a Nova Iorque. Perdeu o conceito de nação. E, quando perde o conceito de nação, perde a possibilidade de desenvolvimento. Ninguém pensou melhor no conceito de nação e de desenvolvimento quanto o ISEB.

empresários participaram, a esquerda, especialmente a esquerda a partir da Escola de Sociologia de São Paulo, decidiu buscar culpados. Na busca descobriram que os culpados eram os comunistas, o Partido Comunista. Mas o Partido Comunista nem tinha as idéias, quem teve foi o ISEB. A idéia da burguesia nacional, da aliança com eles, etc. O ISEB era o culpado interno; os culpados externos eram o imperialismo, a burguesia. Começa aí, um pouco depois, a teoria da dependência.

Há uma imensa confusão na teoria da dependência. Essencialmente, a teoria da dependência vai dizer o seguinte: que o ISEB e a Cepal estavam de mãos dadas. O ISEB pensando mais o problema do desenvolvimento em uma perspectiva mais política e econômica. A Cepal pensando, a partir de Prebisch e

tiveram um grau de dependência, mas tinham graus de dependência e de autonomia, não era só dependência. “Burguesia nacional? Impossível. O culpado era o ISEB que inventou essa burguesia nacional”. Esse tipo de idéia tornou-se dominante na América Latina, no mundo inteiro e foi um desastre porque isso dificultou refazer a idéia de nação dentro do Brasil. Nos anos 80, entramos em crise e o modelo nacional desenvolvimentista também entrou em crise. Quando entra em crise, estávamos bastante fragilizados diante da ofensiva neoliberal, ultraliberal que vinha lá do Norte, afirmando que todos os desenvolvimentistas e nacionalistas eram meros populistas, e uma série de histórias desse tipo.

De forma que acho importante, nesse



A filha de Ignácio, Ludmila Rangel Ribeiro, o presidente do Conselho, José Antônio, e Bresser Pereira

A teoria da dependência e a estratégia do desenvolvimento nacional-dependente

Para o grupo do ISEB e, especialmente, para Ignácio Rangel, enquanto economista, o desenvolvimento era um processo não só de acumulação de capital, incorporação de progresso técnico, sistemático, aumentando os padrões de vida da população, mas era também um processo de revolução capitalista e um processo de revolução nacional. A revolução nacional como uma parte integrante da revolução capitalista e era, portanto, o resultado de uma estratégia nacional pensada pela sociedade, em que havia aquela idéia também de, para que uma sociedade se transforme em uma nação, é fundamental que haja um acordo básico entre trabalhadores, empresários e técnicos do governo. Essa era a idéia básica no ISEB.

Com o golpe militar de 64, no qual os

As elites brasileiras e latino-americanas sempre tiveram um grau de dependência, mas tinham graus de dependência e de autonomia, não era só dependência

Furtado, mais em termos econômicos. Os dois grupos de intelectuais estavam pensando, fundamentalmente, o desenvolvimento nacional do Brasil e da América Latina. Nesse momento, os dois estavam pensando, portanto, nessa aliança de classes, em que burguesia ou empresários, técnicos do governo e trabalhadores tinham um acordo básico. Deviam e podiam conflitar entre si, mas tinham um acordo básico quando se tratava de promover o desenvolvimento nacional e competir internacionalmente. O adversário era lá fora e aqui dentro, a oligarquia agrário-mercantil exportadora. Coisas velhas? Pois eu digo que isto está muito atual.

Primeiro, a esquerda intelectual paulista e depois da América Latina inteira vai adotar a teoria da dependência e dizer uma coisa correta: “os culpados não estão lá fora apenas, somos nós também porque somos dependentes”. Tudo bem: é verdade. As elites brasileiras e latino-americanas sempre



Exibição do filme sobre Ignácio Rangel no auditório do Corecon-RJ

momento, resgatar as idéias de Ignácio Rangel, como grande economista do ISEB, não porque a gente vai fazer exatamente as mesmas coisas, agora. O próprio Ignácio continuou tendo idéias novas e originais e nós também temos que ter idéias novas, porque temos realidade diferente. Não podemos ficar com o mesmo desenvolvimentismo dele, temos que ter o nosso. E esse desenvolvimentismo está baseado sempre na mesma idéia que é a idéia de nação, em que, tudo bem: somos dependentes; mas somos nacional-dependentes. Somos ambíguos: às vezes dependentes, às vezes nacionais, nos conflitamos dentro de nós mesmos, dada a pressão violenta e ideológica, o poderoso *soft power* que vem lá do Norte. Mas, existe dentro do Brasil forças e interesses suficientemente grandes para se construir uma nação, apesar dessa dependência. Isso é fundamental que a gente pense e pensando Ignácio Rangel, nós também estaremos pensando nesse projeto. ■

Ignácio Rangel, o filme

Durante cinco dias, a funcionária do Corecon-RJ, Marcia Ayres, cuidou da produção do filme sobre Ignácio Rangel, para o qual pesquisou 30 fitas de vídeo e diversos documentos, papéis e fotos dos álbuns de família, com destaque para as duas principais teses do economista: a da dualidade básica e a sobre a hiperinflação. “O objetivo foi homenageá-lo, mostrando a vida de Ignácio Rangel enquanto profissional e pensador”, disse Márcia.

O vídeo é dividido em quatro partes: apresentação do economista, por ele mesmo, seus pensamentos acerca da economia brasileira, homenagens e, por fim, o recado às gerações futuras. “O resultado foi gratificante”, conclui Márcia Ayres. Para estudantes de economia, interessados no pensamento de Ignácio Rangel, o vídeo está disponível para consulta interna, na biblioteca do Conselho.

A seguir, trechos das falas do economista no filme.



Ignácio por Rangel

Nasci no estado do Maranhão. Trabalhei em empresa comercial, onde desenvolvi interesse sobre assuntos econômicos. Depois, vim para o Rio e trabalhei de jornalista. Às vezes escrevia artigos assinados, até que, em novembro de 1952, a assessoria do Presidente Vargas me chama para participar da elaboração de um projeto de lei. Parecia que o interesse era mais que eu participasse como advogado e jurista. Mas, no fim, eu acabei me integrando na equipe e fui, por cooptação, sendo incluído, inserido nela e daí participei como relator do projeto de lei que fez a Eletrobrás, plano inicial de eletrificação.

Trabalhei em todos os projetos importantes: Petrobras, Eletrobrás, Plano do Carvão. Projetos que estavam a cargo da assessoria. Terminada essa tarefa, eu fui indicado para o BNDE, que estava, na época, recebendo funcionários interinamente, pendentes de um posterior concurso. Nessa condição de estar interino fui mandado para Santiago do Chile, onde fiz um curso e voltei.

Na época, uma coisa que era novidade no Brasil era o projeto técnico. E eu, por iniciativa minha, fiz o curso, para me dar preparação adequada para este fim. Fui, talvez, o primeiro economista que veio com uma formação especial para análise de projeto. Nessa condição, cheguei ao banco, fui imediatamente ser chefe de setor. Teoricamente, o meu setor era de análise de mercado, mas, na verdade, era o setor incumbido dos projetos de energia elétrica e, daí em diante, fiz tudo que se pode fazer dentro do departamento econômico. Inclusive, cheguei a chefe do departamento, a coordenação da equipe do conselho de desenvolvimento, em todos os casos que um técnico pode fazer. Nunca exerci nenhuma função administrativa de conselheiro, mas no curso técnico, fiz de tudo.

O conceito de crise

A crise é uma etapa, um momento do ciclo econômico. A economia brasileira está sujeita a dois ciclos: um que é endógeno e outro que é o reflexo do que se passa na economia mundial. Quando falamos em crise, devemos precisar se é da crise do ciclo longo, correspondente à economia mundial, ou se é da crise do ciclo breve, que corresponde à economia interna que se faz. Na realidade, temos que pensar nos dois ciclos.

Há momentos em que o ciclo é longo, de 50 anos; e outro é breve, 10 anos, aproximadamente. Há momentos em que os dois coincidem e se somam. Então, a economia está em expansão ou recessão e/ou, por efeito do ciclo longo e também por efeito do ciclo breve. O breve é algo que corresponde a uma etapa do nosso desenvolvimento; a etapa da nossa industrialização. Como o ciclo longo é reflexo da economia mundial, convencionou-se chamar que estamos vivendo o quarto ciclo longo, o de Kondratiev.

Portanto, nesse ciclo de Kondratiev tem uma fase ascendente e uma fase descendente, ou seja, uma fase de prosperidade e uma fase difícil. Esses ciclos longos têm um reflexo muito marcado sobre a economia brasileira, que é uma economia periférica, reflete esses ciclos longos com muito maior fidelidade do que os países industrializados. Nossa independência foi o fenômeno que aconteceu como reflexo da entrada da economia mundial na fase recessiva.

O ano de 1815 foi o ano da batalha de Waterloo e também o ano em que a economia mundial entrou em recessão. Foi um ano em que o Brasil surgiu como uma economia relativamente independente, com vida autônoma, como uma economia separada de Portugal. Essa mudança na economia brasileira, sete anos depois, teria seu reflexo político na independência nacional. A independência foi o reflexo da fase recessiva, ou seja, da crise do primeiro ciclo longo. Vivemos um período recessivo que se prolongou até, aproximadamente, 1848. Nesse ano, a economia mundial passa por um salto revolucionário, o ano de 1848 foi tumultuado, mas foi também um ano em que a economia saiu da recessão e passou a ter uma fase ascendente.

As causas da hiperinflação

A economia está em uma crise profunda. Uma das manifestações dessa crise é o processo inflacionário. (...) A inflação em si mesma pode começar por uma ponta ou pela outra. Ou os preços sobem e, nesse caso, o governo é obrigado a emitir para socorrer o caixa do sistema bancário, ou o governo procura socorrer o seu próprio caixa, emitindo e, nesse caso, causa uma inflação, a única, a meu ver, capaz de se tornar hiper. Essa inflação não tem limite.

A nossa inflação e toda a nossa industrialização se fizeram, se vem fazendo das funções da inflação persistente, um pouco maior, um pouco menor. Tenho cuidado de identificar isso pelo seguinte: pelo menos o último quartel de século, a inflação é máxima quando a conjuntura econômica é mínima; quando a conjuntura econômica recupera, a inflação cai. Ou seja, a inflação não pode ser atribuída ao excesso de demanda, porque a demanda é máxima justamente por causa da conjuntura. Se na vez de alta conjuntura, a inflação é mínima, significa que a causa não está aí.

Mensagem às gerações futuras

Gostaria que vocês, jovens economistas (porque eu não estarei mais presente), lembrem às novas gerações, que houve uma crise, uma crise que levou ao desespero, e que nós superamos, talvez, sem saber muito como e o porquê, mas superamos.

DÍVIDA EXTERNA Rodrigo Ávila*

A redução unilateral de uma dívida ilegítima

No dia 25 de fevereiro de 2005, o mundo teve a constatação cabal de que é possível aos governos impor suas condições aos credores da dívida externa. Naquela data, o governo argentino concluiu o processo de “renegociação” da parcela da dívida externa que estava em moratória desde 2001, sobre a qual exi-

giu um desconto de até 75% no valor da dívida, desconto este aceito por 76% dos credores. Isto reduziu a dívida em moratória em nada menos que US\$ 67 bilhões: caiu de US\$ 102,5 bilhões para US\$ 35 bilhões.

A dívida total da Argentina, que era de

US\$ 191 bilhões no final de 2004 (113% do PIB), passou para US\$ 125 bilhões (72% do PIB), a maior redução de dívida da história do capitalismo. Após décadas de pensamento único, segundo o qual os desejos dos credores são sagrados, a Argentina provou que, ao contrário do que prega a grande mídia, as consequências da decisão de não pagar 75% de sua dívida não são nefastas. Ao invés de represálias dos credores, a estes somente restou clamar ao governo argentino que negociasse.

A cobertura da grande mídia, como sempre, defendeu o pagamento integral da dívida, utilizando um argumento muito aceito pelo senso comum: “se há uma dívida, ela deve ser paga”. Porém, a frase correta seria: “Se há uma dívida legítima, ela deve ser paga”. Esta palavra chave, a legitimidade, sempre foi esquecida pelos telejornais de plantão. Esquecem-se que já existe uma sentença de um Tribunal de Buenos Aires condenando a dívida externa argentina, devido às ilegalidades em sua contratação, na época do regime ditatorial. Este

Tribunal julgou o processo denominado “Alejandro Olmos”, no qual foi feita uma verdadeira auditoria da dívida argentina, que revelou uma série de irregularidades.

Processo Olmos: a auditoria da dívida

Apesar de a moratória argentina (que desembocou na redução unilateral da dívida externa) não ter sido motivada por essas irregularidades – mas simplesmente porque o governo não tinha mais como pagá-la – esse é um momento importante para lembrarmos todas as ilegalidades do processo de endividamento de nosso país vizinho.

Para citar alguns exemplos, podemos mencionar que dívidas externas privadas, do Citybank, First National Bank of Boston, Deutsche Bank, Chase Manhattan Bank e Bank of America foram assumidas pelo governo argentino. Ou que dívidas de filiais de multinacionais com suas matrizes também foram assumidas pelo governo, que não tinha controle nenhum sobre a contabili-



dade dessas dívidas privadas, ou seja: dívidas podem ter sido criadas por meros artifícios contábeis das multinacionais.

O Processo Olmos também documentou que a ditadura argentina obrigou as estatais a contraírem dívidas externas para financiar fugas de capitais, ou seja, permitir que a riqueza do país fugisse para outros países, sob a forma de dólares. Como este processo se dava? Os dólares dos empréstimos nem chegavam às estatais: iam direto para o Banco Central argentino, para serem reenviados ao exterior. Entre 1978 e 1981, mais de US\$ 38 bilhões fugiram do país de modo excessivo ou injustificado.

Podemos citar também o fato que a ditadura argentina endividou o país para financiar a abertura econômica e as importações, processo semelhante ao do Plano Real. No regime militar argentino, as importações também envolveram a compra de armamentos, utilizados na própria repressão ao povo. Outro fato importante, revelado pelo julgamento Olmos, foi que a ditadura argentina contraía fabulosas somas de empréstimos, depositando os recursos nos próprios bancos credores! Logicamente, a remuneração desses depósitos rendiam juros muito inferiores aos que incidiam nos empréstimos. Somente em 1979, a dívida externa argentina subiu de US\$ 12 bilhões para US\$ 19 bilhões, principalmente devido a estas operações. Caberia-nos fazer a seguinte pergunta: você pediria um empréstimo no banco para aplicar na poupança? Pois é. O regime militar argentino fez isso.

Podemos ainda lembrar o apoio do Fundo Monetário Internacional à ditadura argentina, e sua política de endividamento. Ou que um de seus altos funcio-

nários, Dante Simone, simplesmente trabalhava no governo argentino, o que indica a relação de promiscuidade entre o governo argentino e as organizações financeiras multilaterais. O Federal Reserve (Fed, o Banco Central dos EUA) também avalizou empréstimos de bancos privados americanos à ditadura argentina, atuando como intermediário de várias operações. Em suma: os credores são, no mínimo, co-responsáveis pela situação insustentável à qual chegou a Argentina, no final de 2001, quando, diante de uma dívida impagável, teve de decretar moratória.

O caso dos aposentados italianos

Estes fatos, descobertos pela auditoria da dívida argentina, no Processo Olmos, violam princípios do Direito Internacional, que reza que a dívida contratada durante uma ditadura – sem a consulta ao povo, e para reprimir o povo – se caracteriza como “dívida odiosa”, não devendo ser paga. O Direito Internacional também defende o princípio do “estado de necessidade”, segundo o qual não se pode pagar a dívida com a fome do povo. Podemos ainda lembrar a quadruplicação unilateral e ilegal das taxas de juros internacionais pelos EUA, na virada das décadas de 70/80, que fez explodir as dívidas dos países do Terceiro Mundo, inclusive da Argentina. A cláusula “rebus-sic-stantibus”, constante no Direito Internacional, significa “o mesmo estado de coisas”, e prevê que a alteração significativa das condições de um contrato – como a verificada naquele momento – permitiria a revisão do mesmo.

Porém, ninguém lembra desses fatos quando a intenção é tentar salvar o modelo neoliberal, arranhado no episódio da redu-

ção unilateral da dívida argentina. Ao contrário, o que mais se propalou na grande mídia foi que os grandes afetados pela decisão do governo argentino seriam 450 mil italianos, a maioria aposentados, que teriam depositado suas economias em títulos da dívida argentina.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que os italianos respondem por apenas 15,6% da dívida em moratória, a qual sofreu redução. Em segundo lugar, este é um exemplo de como a privatização da Previdência pode ser prejudicial a um país: na verdade, não foram os aposentados que emprestaram o dinheiro à Argentina, mas os bancos italianos que aplicaram os investimentos de seus clientes em títulos da dívida argentina.

Desrespeitando recomendação da Comissão de Valores Mobiliários da Itália, os bancos italianos colocaram nas mãos dos aposentados os títulos da dívida, a despeito do risco inerente a estes papéis. É alarmante constatar que isso já vem ocorrendo no Brasil, através das reformas da Previdência, nas quais o governo estimula a formação de Fundos de Pensão, que aplicam seus recursos principalmente em bancos de investimento, que por sua vez gerenciam fundos de renda fixa. E quando os bancos perceberem que o país não poderá mais pagar sua dívida? Venderão o mico para os aposentados?

Várias outras lições podemos aprender do episódio da redução unilateral da dívida argentina, já que este pode ser considerado um marco histórico no processo de endividamento externo dos países do Terceiro Mundo. Contrariamente ao argumento neoliberal – repetido pela grande mídia – de que a moratória seria uma medida ruim, e que comprometeria a economia, atualmente a Argenti-

na cresce a taxas bem superiores às brasileiras, tendo apresentado crescimento econômico anual de cerca de 9%, em 2003 e 2004, e irá crescer mais 6%, em 2005 (segundo o FMI), mais que pensando a crise de 2002, quando o país decresceu 11%, devido à crise da dívida.

Como dito antes, a moratória argentina não foi um ato completamente soberano de nosso país vizinho, visto que não foi motivado propriamente pelas ilegalidades do endividamento, nem mesmo pela situação de miséria e pobreza decorrente da dívida, mas pela absoluta impossibilidade de pagamento, assim como ocorreu no Brasil, em 1987. A despeito disso, o episódio mostrou que é possível enfrentar os credores (FMI, Banco Mundial, BID, credores privados), inclusive, dividindo-os, através de uma proposta de renegociação que apenas quitaria uma pequena parte da dívida. ■

* Economista da Campanha Auditoria Cidadã da Dívida



É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

HAITI

A longa luta pela soberania

A presente declaração da missão internacional do Haiti foi escrita na capital do país, Porto-au-príncipe, em abril. O *JE* a publica em solidariedade à luta do povo haitiano, vocalizando as manifestações nacionais e internacionais pelos direitos à soberania, autodeterminação e independência do país de Toussaint-L'Ouverture, guerreiro da insurreição de escravos do final do século XVIII, cuja independência seria proclamada no início do século seguinte.

A Missão de Investigação e Solidariedade com o Haiti, encabeçada por Adolfo Perez Esquivel, Prêmio Nobel da Paz, e Nora Cortiñas, "Madre de Plaza de Mayo", linha fundadora, composta por 20 representantes de movimentos, redes e instituições sociais, culturais e políticas de América Latina, Caribe, América do Norte e África, em primeiro lugar deseja agradecer às pessoas e organizações haitianas que tornaram esta visita possível e compartilharam suas experiências, testemunhos, dores e esperanças conosco.

Chegamos com a convicção de que, no Haiti, hoje, está em jogo o futuro dos povos latino-americanos, caribenhos, de todos os povos do sul; está em jogo nosso direito de determinar nosso próprio destino.

Durante estes poucos dias pudemos nos reunir com funcionários do governo interino, organizações sociais de direitos humanos, camponeses, organizações de mulheres, sindicatos, estudantes, partidos políticos, representantes universitários, embaixadas, organismos internacionais e a Minustah, que contribuíram com informações e elementos de análise que enriqueceram nossa compreensão da atual situação do



povo, no contexto de sua longa briga pela conquista da democracia, o desenvolvimento e a autodeterminação.

Nesta oportunidade e até mesmo antes de concluir nosso programa de visitas e encontros, nós queremos compartilhar algumas apreciações iniciais:

1. Reconhecemos e saldamos a profunda luta do povo haitiano, que durante mais de dois séculos resistiu ao embate – externo e interno, que tem oposto e bloqueado cada crescimento das forças populares construtivas. Neste ponto, nos parece importante salientar que a saída de Aristide deveria ser interpretada à luz da mobilização social, reivindicando

sua renúncia e propondo alternativas próprias de transição.

2. O problema do Haiti não é de caráter militar, portanto, não pode ser resolvido com medidas desta natureza. Rejeitamos a presença de forças internacionais de ocupação no Haiti, que afetem a sua soberania; e exigimos de nossos governos que retirem as mesmas, com modalidades e calendários estabelecidos pelos atores sociais e políticos da sociedade haitiana.

3. Propomos a garantia da constituição do Estado de Direito que



possibilite a completa vigência e realização dos direitos humanos de forma integral.

4. Como parte de um processo eleitoral democrático, transparente e seguro, recomendamos às autoridades provisórias encarregadas que convidem a União Interamericana de Organismos Eleitorais (Uniore) para que, conjuntamente com o Instituto interamericano de direitos humanos e a Comissão Assessora de Promoção Eleitoral (Capel), apóie a constituição de um plano de administração eleitoral.

5. Propomos que os fundos dirigidos a projetos de desenvolvimento do povo haitiano sejam de caráter não reembolsável, e destinados às propostas das organizações sociais e comunidades locais, e não para aquelas formuladas pelos organismos internacionais, como é o caso do Quadro de Cooperação Interina. É prioritário

executar a reforma agrária proposta pelos movimentos rurais, que é básica para recuperar e defender a soberania alimentar.

6. Nos opomos à idéia de que o país seja transformado em uma área de máquinas aglutinadas em zonas francas, que explorem seus trabalhadores em uma forma nova de escravidão.



7. Exigimos a anulação da dívida externa, imoral e ilegal, que continua sendo uma forma de saque ao povo haitiano.

8. Reconhecemos e exigimos o ressarcimento da dívida histórica, social e ecológica que, principalmente, a França e Estados Unidos têm com o Haiti e seu povo.

9. Acreditamos que novas formas de cooperação internacional são possíveis, baseadas no respeito e na autodeterminação de cada povo, através de trocas de experiências culturais, sociais, científicas e tecnológicas das organizações sociais e governamentais. Nos comprometemos a avançar concretamente em um processo intenso de acompanhamento do povo haitiano, difundindo em nossas comunidades e em todo o mundo informações e perspectivas que temos recebido, e incentivando ações diferentes como, por exemplo, a chegada em junho de uma delegação de camponeses e técnicos agrícolas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Brasil, para colaborar conosco. ■

Economista lança livro sobre o Real

O economista André Modenesi lança, no próximo dia 9 de junho, o livro "Regimes monetários: teoria e experiência do Real", publicado pela Editora Manole. O autor é pesquisador do Grupo de Estudos sobre Moeda e Sistema Financeiro, doutorando do Instituto de Economia do Rio de Janeiro e escreveu o livro tendo por ponto de partida o seu trabalho acadêmico.

O economista Fernando Cardim, comentando o livro de Modenesi, afirma que o mesmo "está destinado a se tornar a obra de referência no estudo de regimes monetários no Brasil (...), um livro texto que será de uso doravante obrigatório em cursos de Macroeconomia ou Economia Monetária".

O lançamento será na Livraria Letras e Expressões, em Ipanema, a partir das 19h. ■



CURSOS DO CORECON/RJ

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA 2005

CURSO DE MATEMÁTICA FINANCEIRA: TÓPICOS AVANÇADOS

Professora Sílvia dos Reis Alcântara Duarte (IBMEC) – De 16 de agosto a 4 de outubro de 2005

Este curso se destina a alunos de graduação e pós-graduação, profissionais que atuam na área financeira e a todos aqueles que pretendem revisar ou aprimorar os conceitos e as aplicações práticas da Matemática Financeira.

O objetivo do curso é apresentar aplicações da Matemática Financeira a casos reais envolvendo alguns produtos financeiros do mercado brasileiro. Como ferramenta, será utilizada a calculadora financeira HP-12C ou similar.

Assuntos como desconto de títulos, taxas pré-fixadas e pós-fixadas, taxas de juros variáveis, tributação nas operações financeiras, avaliação dos financiamentos em operações comerciais, operações com títulos de renda fixa, sistemas de amortização serão abordados nesse curso de 24 horas-aula.

É desejável algum conhecimento anterior de matemática financeira para um melhor aproveitamento do curso.

OUTROS CURSOS COM INSCRIÇÕES ABERTAS

Economia e Meio ambiente 12 horas-aula – Professora Cláudia Lúcia Bisaggio Soares (UFSC) – Aulas de segunda a quinta-feira, de 18h45 às 21h30, de 27 a 30 de junho – Para Economistas e estudantes de economia: **R\$120,00** – Para profissionais não registrados ou de outra área: **R\$150,00**

Regimes Monetários: teoria Os dez primeiros que se inscreverem nos dois módulos ganharão um exemplar do livro de mesmo título – Professor André de Melo Modenesi (UFRJ – IBMEC) – Aulas às segundas ou quartas-feiras, de 18h45 às 21h30, de 4 (ou 6) a 25 (ou 27) de julho – Datas a confirmar – Para Economistas e estudantes de Economia: **R\$85,00** – Para profissionais não registrados ou de outra área: **R\$110,00**

Regimes Monetários: a experiência do Real – Professor André de Melo Modenesi (UFRJ – IBMEC) – Aulas às segundas ou quartas-feiras, de 18h45 às 21h30, de 8 a 29 de agosto – Datas a confirmar – Para Economistas e estudantes de Economia: **R\$85,00** – Para profissionais não registrados ou de outra área: **R\$110,00**

Globalização Financeira: impactos macroeconômicos e mecanismos de defesa – Professores: Antonio José Alves Júnior (UFRJ), Jennifer Hermann (IE-UFRJ), João Sicsú (IE-UFRJ) e Luiz Fernando de Paula (UERJ) – Aulas às quartas-feiras ou às segundas-feiras (a confirmar), das 18h30 às 21h30 de 1 ou 3 de agosto a 29 ou 31 de agosto – Para Economistas e estudantes de Economia registrados) **R\$150,00** – Para os não registrados no Conselho e demais áreas profissionais **R\$175,00**

Introdução à crítica da economia política: o pensamento de Karl Marx – Professores Pablo Bielschowsky e Rodrigo Castelo Branco (UFRJ) – Aulas às quintas-feiras, de 18h45 às 21h30, de 4 de agosto a 22 de setembro – Para Economistas e estudantes de Economia **R\$90,00** – Para profissionais não registrados ou de outra área: **R\$110,00**

Tomada de Decisão em Projetos – Professor Eduardo Rodrigues Fortes (UCAM) – Aulas aos sábados, de 9h30 às 12h20, de 6 de agosto a 8 de outubro – Para Economistas e estudantes de Economia **R\$170,00** – Para profissionais não registrados ou de outra área: **R\$210,00**

Aperfeiçoamento em Estatística – Professora Márcia Marques de Carvalho (IBMEC-RJ) – Às terças-feiras - de 18h45 às 21h30, de 16 de agosto a 04 de outubro – Para Economistas e estudantes de Economia **R\$180,00** – Para profissionais não registrados ou de outra área: **R\$220,00**

História do pensamento econômico: grandes pensadores – Professor André Guimarães Augusto (UFF) – Às terças-feiras – de 14h às 16h50, de 23 de agosto a 16 de outubro – Para Economistas e estudantes de Economia **R\$180,00** – Para profissionais não registrados ou de outra área: **R\$220,00**

O Pensamento Econômico de Keynes – Professores João Sicsú, Jennifer Herman, Luiz Fernando de Paula, André Modenesi e outros – Aulas às segundas-feiras, de 18h45 às 20h30, de 5 de setembro a 24 de outubro – Para Economistas e estudantes de Economia **R\$130,00** – Para profissionais não registrados ou de outra área: **R\$155,00**

Adicione o endereço <http://www.economistas.org.br> em seus Favoritos Viste a página para obter os conteúdos programáticos e fazer inscrições